



Soberania e Inteligência Artificial: perspectivas brasileiras

Sovereignty and Artificial Intelligence: Brazilian perspectives

Rafael Grohmann ^a 

Marco Schneider ^b 

Sérgio Amadeu da Silveira ^c 

O tema da soberania digital tem sido um dos tópicos mais quentes nas discussões e estudos sobre políticas digitais. Em primeiro lugar, isso se deve ao contexto de crescente tomada de assalto das Big Tech em relação ao Estado (Lehdonvirta, 2022) e às diferentes instâncias da vida social, como uma resposta às chamadas governanças das plataformas. Em segundo lugar, isso se deve também aos múltiplos sentidos da expressão soberania digital, que passou a circular em órgãos transnacionais (como ONU, Unicef) e *think tanks*, entre outros.

É importante ressaltar que soberania é um dos termos mais relevantes da teoria política. Apesar disso, grande parte dos teóricos e historiadores rejeitam sua definição essencialista (Skinner, 2010). Em geral, seu emprego tem sido modelado pela luta e pelas disputas de grupos e classes pelo poder. Trata-se de um termo mobilizador de concepções sobre a natureza da política e suas finalidades. Nesse sentido, a soberania possui fortes vínculos conjunturais. Já serviu para evocar o poder divino, a defesa do absolutismo, a necessidade de divisão de poderes e até mesmo o poder popular.

Há também uma forte disputa de sentidos sobre o que realmente significa soberania digital. Couture e Toupin (2019) mostraram que há diferentes perspectivas para a soberania digital, desde o ponto de vista do Estado e dos indivíduos, mas também de outras perspectivas “desde baixo”, incluindo movimentos sociais e comunidades indígenas (Couture, Toupin & Mayoral-Banos, 2025). Aliás, as questões de soberania indígenas relacionadas a tecnologias digitais - como dados e inteligência artificial - são históricas em países como Canadá (Lewis et al, 2020). Contudo, as próprias Big Tech

^a University of Toronto. Toronto, CO, Canada.

^b Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
Universidade Federal Fluminense (UFF). Rio de Janeiro, RJ, Brasil.

^c Universidade Federal do ABC (UFABC). São Bernardo do Campo, SP - Brasil

* Correspondência para/Correspondence to: Rafael Grohmann. E-mail: rafael.grohmann@utoronto.ca

Artigo publicado em acesso aberto sob licença [CC BY 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

têm aprendido a cooptar as gramáticas ligadas à soberania digital, especialmente no contexto das regulações europeias de proteção de dados. Como mostram Barbosa & Grohmann (2024), grandes empresas de tecnologias como Microsoft, Alphabet e Amazon estão vendendo “soberania como serviço” ao prometer a governos e empresas que estão vendendo infraestruturas com nuvens locais, mas que são seguras por serem de propriedade dessas empresas.

Essa multiplicidade de sentidos significa que precisamos problematizar essa expressão e não simplesmente tomá-la como dada - inclusive porque o que um país como os Estados Unidos pode reivindicar como soberano não se relaciona aos mesmos interesses que um país como o Brasil - ou seja, há uma necessidade de perspectivas que sejam anti-imperialistas e anticolonialistas em relação à soberania.

No guarda-chuva da soberania digital também é impossível especificar exatamente qual é o quinhão dos dados, qual é o terreno das plataformas e qual o lugar da inteligência artificial. Essas tecnologias - e seus arranjos comerciais, políticos e culturais - estão interconectados, de maneira que pensar a questão da inteligência artificial, por exemplo, requer a compreensão holística de quais tecnologias digitais estão envolvidas nessas dinâmicas de dependência e subordinação.

A monetização crescente dos fluxos de dados e a transversalidade da IA permitem dizer que a computação planetária assume diferentes formas e diferentes escalas que interferem na geopolítica tradicional, nos territórios e, conseqüentemente, na soberania. Como Benjamin Bratton (2016) observou, as tecnologias digitais e suas infraestruturas indispensáveis se alinham camada por camada, como em uma figura de uma pilha informática. Elas vão se ligando às formas de governo e governamentalidade que criam novas exigências às soberanias consolidadas ou simplesmente corroem as esperanças soberanas de regiões toxicodependentes.

A inteligência artificial, enquanto palavra-valise (Katz 2020) e objeto político, social e tecnológico, envolve a criação, mediação e apropriação de sistemas e dados, afetando profundamente modelos de governança, e relações de autonomia, independência e soberania em relação a tecnologias e epistemologias. Em um contexto onde a IA se torna onipresente nos espaços de sociabilidade colonizada e impacta direta e indiretamente nos territórios de resistência, emergem tensões e desafios relacionados à soberania, tanto no âmbito estatal quanto no individual, com implicações profundas para a governança global, a economia e os direitos humanos.

Este número da Liinc em Revista dedica-se a deslindar diferentes percalços e possíveis caminhos rumo à soberania em contexto de inteligência artificial - também articulando-a com dados e plataformas. Os artigos a seguir descortinam a importância de se continuar a compreender a soberania nacional como chave, como afirmam Figaro & Paulino (2024), no sentido de entender o papel do trabalho, do meio ambiente e das infraestruturas no contexto da inteligência artificial. Isto é, soberania digital não é algo imaterial ou deslocado dos territórios onde nossos corpos habitam, o que torna grave o fato do armazenamento e custódia (ações mediadas pela VIA) da maior parte do big data do mundo encontrarem-se sob o controle de um punhado de gigantescas

corporações privadas dos Estados Unidos. Quais são as implicações para a soberania das nações e a autonomia das pessoas físicas e jurídicas a simples presença dessa massa de dados nos data centers das Big tech dos EUA? Trata-se de um monumental arquivo de conversas, fotos e vídeos cotidianos, debates políticos, práticas de busca e consumo, deslocamentos espaciais, documentos de governos - de executivos, legislativos e judiciários -, universidades, órgãos de saúde e segurança públicas, enfim, dados de bilhões de indivíduos, milhões de empresas, milhares de sindicatos, partidos e entes governamentais, se considerarmos as esferas estaduais, municipais e congêneres ao redor do mundo. Essa monumentalidade não tem precedentes na história humana. Jamais nenhum hegemon dispôs de um acesso e de um controle tão vastos e precisos à intimidade, por assim dizer, das mais variadas populações e instituições, seja no seu próprio território ou em território alheio, mais direta ou indiretamente subordinado a sua esfera de poder econômico, político, ideológico, tecnológico, cultural, militar. Ou seja, estamos diante de um conjunto de fenômenos em grande medida inéditos e alarmantes, que requerem a produção de conhecimento novo, capaz de municiar governos e sociedade civil organizada de elementos teóricos e empíricos consistentes para orientar sua ação em defesa de soberanias nacionais, territoriais, tecnológicas, culturais e epistêmicas, preferencialmente populares, na perspectiva ético-política dos autores.

Outro ponto não menos sensível é a penetração crescente da IA estadunidense em tudo o que se faz, de tarefas escolares infantis a pesquisas científicas de ponta, de transações comerciais ordinárias a complexas operações financeiras, de cyberbullyngs juvenis a ciberguerras, além da criação artística, do debate político, da propaganda ideológica e de todas as esferas do trabalho, incluindo novas formas de exploração e subsunção ou mesmo substituição de trabalho vivo por trabalho morto.

Destacamos que a chamada que deu origem a este número da Liinc adotou uma perspectiva dialética, visando a produção e comunicação de conhecimento que buscasse identificar nesse desenvolvimento fenomenal das forças produtivas chamado IA suas diversas promessas e perigos, ou seja, suas contradições, com destaque para o problema da soberania, em nível político, geopolítico, econômico, científico, tecnológico, cultural, ambiental, ético, epistemológico e psíquico.

Os artigos deste dossiê nos convidam a pensar nas múltiplas facetas da soberania digital e suas possibilidades, mas gostaríamos de destacar quatro pontos como agendas de pesquisa para este campo:

1. As relações entre soberania e dependência, especialmente na divisão internacional do trabalho, e o que significa desenvolvimento desigual e combinado no contexto de inteligência artificial, dados e plataformas - ou seja, é necessário que a soberania seja compreendida dialeticamente com o que significa não-soberano. Embora esse processo tenha sido enquadrado teoricamente de forma dominante a partir das lentes decoloniais, este não é o único caminho teórico possível, como demonstram Valente & Grohmann (2024). O que significa compreender a dependência latinoamericana em termos de dados, IA e plataformas em relação ao Norte Global? Como isso pode ser

compreendido a partir das chaves do imperialismo e também do sub-imperialismo (Seto 2024)?;

2. Soberania não é a mesma coisa que autonomia. Embora sejam semelhantes, eles têm raízes teóricas e epistemológicas distintas. A autonomia pode ser lida desde o pós-marxismo autonomista (Wright 2017), das relações entre feminismo e anarquismo (Stoljar 2013), das infraestruturas feministas autônomas (Toupin & Hache 2015) e de tradições latinoamericanas - inclusive zapatistas - em relação à autonomia coletiva (Lopes de Souza 2016, Lehuède 2022). A soberania pode ter elementos semelhantes ou até mesmo em comum com a autonomia, mas historicamente tem vinculações com territórios e demarcação de fronteiras como uma perspectiva dominante. Então, mais trabalho de pesquisa é necessário para compreender os papéis de autonomia e soberania - talvez com interdependência - em processos que envolvem dados e plataformas; porque, a despeito das origens teóricas e epistemológicas distintas, os conceitos de soberania e autonomia podem ser pensados a partir de uma articulação dialética, conforme a qual se pode inferir que assim como o oposto de soberania é subordinação, o oposto de autonomia é heteronomia, que é uma forma de alienação, estejamos falando de territórios, dados, governança, epistemologia, cultura, ideologia, gostos, desejos, estética.

3. É preciso historicizar as relações da soberania digital com o histórico e o acúmulo de discussões sobre soberania em termos de soberania nacional, soberania popular e poder popular - algo reivindicado desde Lênin em “O Estado e a Revolução”. O que estamos querendo mesmo dizer com soberania popular em contextos digitais, e como isso se relaciona a esse histórico de debates sobre o tema, inclusive na América Latina?

4. Os textos do dossiê demonstram diferentes dimensões e manifestações da questão maior: soberania epistemológica, trabalhadores de dados, colonialismo digital, cooperativismo de plataformas, dados ambientais na periferia, dependência, subjetividade, hegemonia, resistência na África e arte.

Como conectar esses nós? O que une essas diferentes facetas da soberania quando estamos pesquisando e teorizando desde a América Latina, desde o Mundo Majoritário? Como não perder de vista o todo quando estamos teorizando sobre as partes?

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Alexandre Costa; GROHMANN, Rafael. Big Tech Sovereignty: Platforms and Discourse of Sovereignty-as-a-Service. AoIR Selected Papers of Internet Research, 2025. Disponível em: <https://spir.aoir.org/ojs/index.php/spir/article/view/13948>.

BRATTON, Benjamin H. The Stack: On Software and Sovereignty. Cambridge: MIT Press, 2016.

COUTURE, Stéphane; TOUPIN, Sophie. What does the concept of "sovereignty" mean in the digital age? *Media, Culture & Society*, v. 41, n. 5, p. 604-620, 2019.

COUTURE, Stéphane; TOUPIN, Sophie; MAYORAL BAÑOS, Alejandro. Resisting and Claiming Digital Sovereignty: The Cases of Civil Society and Indigenous Groups. *Policy & Internet*, v. 16, n. 2, p. 1-17, 2025. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1002/poi3.434>.

FIGARO, Roseli; PAULINO, Luis. Trabalho, meio ambiente e infraestrutura no contexto da inteligência artificial: desafios para a soberania nacional. *Liinc em Revista*, v. 20, n. 2, p. 16-30, 2024.

KATZ, Yarden. *Artificial Whiteness: Politics and Ideology in Artificial Intelligence*. Nova York: Columbia University Press, 2020.

LEHDONVIRTA, Vili. *Cloud Empires: How Digital Platforms Are Overtaking the State and How We Can Regain Control*. Cambridge: MIT Press, 2022.

LEHUEDÉ, Sebastián. *Governing Data in Modernity/Coloniality: Astronomy Data in the Atacama Desert and the Struggle for Collective Autonomy*. 2021. Tese (Doutorado em Comunicação) – London School of Economics and Political Science, Londres, 2021. Disponível em: <http://etheses.lse.ac.uk/4321/>.

LEWIS, Jason Edward et al. *Indigenous Protocol and Artificial Intelligence Position Paper*. Honolulu: The Initiative for Indigenous Futures e Canadian Institute for Advanced Research, 2020.

LOPES DE SOUZA, Marcelo. Autonomia coletiva e resistência na América Latina: lições dos movimentos sociais. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 18, n. 2, p. 14-29, 2016.

SETO, Kenzo Soares. Platform sub-imperialism. *Big Data & Society*, v. 11, n. 2, 2024

SKINNER, Quentin. The Sovereign State: A Genealogy. In: RAUSTIALA, Kal; NOORTMANN, Math; RYNGAERT, Cedric (Org.). *Sovereignty in Fragments: The Past, Present and Future of a Contested Concept*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 26-46.

STOLJAR, Natalie. Feminismo e anarquismo: interseções teóricas e práticas. *Revista de Estudos Feministas*, v. 21, n. 3, p. 555-570, 2013.

TOUPIN, Sophie; HACHE, Alexandra. Infraestruturas feministas autônomas: práticas e desafios. *Cadernos Pagu*, n. 45, p. 123-145, 2015.

VALENTE, Jonas C. L.; GROHMANN, Rafael. Critical data studies with Latin America: Theorizing beyond data colonialism. *Big Data & Society*, v. 11, n. 1, 2024.

WRIGHT, Steve. *Storming Heaven: Class Composition and Struggle in Italian Autonomist Marxism*. Londres: Pluto Press, 2017.